

VAZAMENTO EM GUARUJÁ

Órgãos apuram responsabilidade

Superintendência da Polícia Técnico-Científica iniciou perícia, e Localfrio também produz laudo; a empresa já retomou as atividades

SIMONE QUEIRÓS
DA SUCURSAL

Terminado o incêndio que afligiu moradores da Baixada Santista, começa a fase de apuração das responsabilidades. A área do incidente permanece isolada para vistoria e, ontem, a Superintendência da Polícia Técnico-Científica (SPTC) iniciou uma perícia.

“Será efetuada a recolha do material químico, que será enviado ao Núcleo de Química do Instituto de Criminalística do Estado de São Paulo para análises, além da conferência dos contêineres e das notas fiscais”, cita a Secretaria Estadual de Segurança Pública.

A empresa também faz sua apuração no local, além de técnicos de Cetesb, Codesp e Ibama, que continuam uma auditoria, enquanto o Corpo de Bombeiros realiza o monitoramento do espaço. Em até 30 dias, a contar do último domingo, a Localfrio deve divulgar um laudo parcial produzido por seus técnicos sobre o incêndio em seu Terminal I, que retomou as atividades ontem pela manhã.

Paralelamente, a Prefeitura de Guarujá iniciou ontem os trabalhos para apurar as causas e consequências do incêndio. O assunto foi discutido em reunião no gabinete da prefeita Maria Antonieta de



Técnicos de Cetesb, Codesp e Ibama promovem auditoria, enquanto o Corpo de Bombeiros realiza o monitoramento do espaço do terminal

Brito (PMDB) com participação de Polícia Científica, Cetesb, Defesa Civil, Ibama, 6º Grupamento do Corpo de

Bombeiros e da Coordenadora de Emergências Ambientais do Ministério do Meio Ambiente, Miriam Oliveira.

A intenção é avaliar o laudo laboratorial, indicar penalidades e definir ações futuras. Também ontem, técnicos

da Prefeitura começaram uma vistoria na arborização urbana para avaliar o impacto ambiental. “Em relação à

Verificação

“Será efetuada a recolha do material químico, que será enviado ao (...) Instituto de Criminalística (...) para análises, além da conferência dos contêineres e das notas fiscais”

Nota da Secretaria Estadual de Segurança Pública

água utilizada no processo de rescaldo, a ação foi acompanhada por Prefeitura e Cetesb. As análises do PH (acidez) não apresentaram alterações”, disse o secretário de Meio Ambiente de Guarujá, Adilson Cabral.

A representante do Ministério do Meio Ambiente permanecerá no Município até a conclusão dos trabalhos. Ficou definido que, até sexta-feira, os agentes de cada setor deverão apresentar os documentos de vistoria com os laudos.

Prejudicados podem pedir indenização à Justiça

FERNANDO DEGASPARI

Quem se sentiu prejudicado moral ou financeiramente pelo vazamento de gás tóxico nos contêineres da Localfrio, em Vicente de Carvalho, Guarujá, pode pedir indenização à Justiça. O problema obrigou caminhoneiros e comerciantes a paralisarem as atividades. Moradores tiveram que sair de casa por causa da fumaça.

Segundo a Prefeitura de Guarujá, desde a noite de quinta-feira, quando o problema começou, 175 pessoas foram atendidas em unidades de saúde do Município. Em Cubatão, 22 moradores deram entrada no Pronto-Socorro Central e na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) com problemas respiratórios. Em Santos, foram 61 pessoas que procuraram um médico para reclamar da fumaça.

PREJUÍZO
Para entrar com uma ação



Planilha de carga e descarga vale como comprovação do prejuízo causado pelo acidente, afirma advogada

indenizatória na Justiça é preciso reunir documentos e testemunhas, explica o advogado Fabrício Sicchierolli Posocco.

“Danos materiais são aqueles em que a pessoa teve que gastar ou deixou de ganhar. Já os danos morais são os causados por perturbação e pelo medo da população em inalar o gás tóxico, por exemplo”, diz.

No caso de comerciantes que tiveram que fechar as portas de seu estabelecimento ou viram o movimento de clientes diminuir por causa da fumaça é preciso comprovar, por meio de documentos, de quanto é o faturamento em um dia. A partir daí, o juiz fará o cálculo do prejuízo total, levando em conta os dias não trabalhados.

A mesma conta vale para caminhoneiros que ficaram com o veículo parado no Porto. A planilha de carga e descarga vale como comprovação do prejuízo causado pelo acidente na Localfrio, explica a advogada

Viviane Samamede.

“No caso da Ultracargo, já houve decisões, em primeira instância, indenizando caminhoneiros que não puderam trabalhar”. O incêndio nos tanques de combustíveis da Ultracargo paralisou parte das atividades no Porto de Santos, entre os dias 2 e 9 de abril do ano passado.

DANOS MORAIS

Viviane explica ainda que “danos morais são aqueles em que não é possível apurar o prejuízo financeiro”. É o caso dos problemas causados à saúde das pessoas que inalaram o gás tóxico e precisaram de atendimento médico.

Segundo Fabrício Posocco, “um atestado médico aumenta consideravelmente a possibilidade de uma decisão favorável do juiz”. O advogado completa que fotos e testemunhas dos problemas enfrentados também valem como provas. “Eu acredito que vale a pena entrar com as ações respectivas. Não apenas pelas pessoas, mas para que as empresas passem a tomar mais precauções”.

Trabalhadores relatam problemas com incêndio

DA SUCURSAL

O caminhoneiro Josenildo Silva dos Santos, de Cubatão, estava indo até a Localfrio para descarregar uma carga de algodão na quinta-feira quando viu a densa e assustadora fumaça tóxica ao longe. Antes que pudesse chegar mais perto, foi direcionado pela Guarda Portuária a retornar e aguardar a liberação do local. “Voltei para a sede da empresa, em Cubatão, e fiquei aguardando. Foram três dias de espera”.

Ele estima que seus prejuízos tenham chegado a R\$ 400,00, pois recebe comissão pelo frete. “E agora está essa fila gigante para entregar a carga. Já são

três horas esperando”, disse ele ontem, enquanto aguardava em uma imensa fila de caminhões que se dirigiam até a empresa.

A Padaria Nova Guarujá, bem em frente à Localfrio, também teve prejuízos. “Não fechamos durante o incêndio, tomando a precaução de manter todas as janelas devidamente fechadas e o ar-condicionado ligado, mas notamos queda de aproximadamente 30% no movimento”, diz a gerente, Stefany Andreassa Silvério Mendes, que ainda não tem informações sobre um eventual processo para cobrar os prejuízos na Justiça. “O que queremos é que



Josenildo Silva dos Santos esperou três dias e sofreu com longa fila

sejam tomadas medidas de segurança para que essa situação não se repita”. Sobrou até para Ancelmo

Nunes da Silva, de 57 anos, que desde a década de 1990 vende picolés em um carrinho nas adjacências da empresa.



Mais que eventual processo, Stefany quer que situação não se repita

São cerca de 100 picolés por dia, ao custo de R\$ 1,50 cada. “Foram três dias sem trabalhar e dentro de casa por cau-

sa dessa fumaça”, disse o homem, morador do Jardim Conceiçãozinha, próximo ao terminal. (SQ)